



RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021
ANEXO XVIII
ITEM 47

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº 1290102-7		Prestação de Contas do exercício 2011 do Gestor do município Prefeito Álvaro Porto de Barros, julgada irregulares. Acórdão de 19/12/2017, publicada em 11/10/2019. Não tem recomendações.	SEM RECOMENDAÇÕES. Recurso Ordinário impetrado em 11/11/2019, Processo nº 1950365-9, em tramitação, sem deliberação. Recurso Ordinário julgado em 24/03/202 e julgada regulares com ressalva, as contas do Ex-Prefeito Álvaro Porto de Barros e dos membros da comissão de licitação; Julgada irregulares as contas do Ex-Secretário Municipal de Educação Jessé Ferreira de Mendonça.
Processo TC nº 1621011-6		Prestação de contas do exercício 2016, Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Canhotinho, Prefeito Felipe Porto de Barros Wanderlei Lima, julgada irregulares. Acórdão de 08/08/2019, publicado em 14/08/2019. Não tem recomendações.	SEM RECOMENDAÇÕES. Recurso Ordinário impetrado em 10/11/2019, Processo nº 1929455, em tramitação, sem deliberação. Recurso Ordinário julgado em 22/03/2021. Recurso conhecido e negado provimento. Impetrado Embargos de Declaração em 29/03/2021, Processo nº 2151958-4, julgado em 27/09/2021, pelo seu conhecimento e, no



			mérito, pelo não provimento.
Processo TC nº 1751705-9		Prestação de contas do exercício 2017, Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Canhotinho, Prefeito Felipe Porto de Barros Wanderlei Lima, julgada irregulares. Acórdão de 12/02/2019, publicado em 19/02/2019. Não tem recomendações.	SEM RECOMENDAÇÕES. Embargos de Declaração impetrado em 25/02/2019, Processo nº 1921661-0, julgado pelo seu conhecimento e, no mérito, pelo seu não provimento; Recurso Ordinário impetrado em 27/06/2019, Processo nº 1925428-3, em tramitação.
Processo TC nº 2056058-8		ADMISSÃO DE PESSOAL. Formalização de processo da documentação da Prefeitura Municipal de Canhotinho referente à contratação temporária no 1º quadrimestre, exercício de 2020. Planilha extraída do Sagres em 03/08/2020. PETCE:24633/2020. Processo Julgado, Acórdão de 02/12/2021.	SEM RECOMENDAÇÕES. Processo julgado e considerou ilegais todas as contratações, Acórdão de 02/12/2021. Impetrado Embargos de Declaração, Processo nº 2110028-7, em 07/12/2021, julgado em 31/01/2022, pelo seu conhecimento e pelo seu não provimento.

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.